



Agroecologia: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira*

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETTI, Alceu. Agroecologia: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

A obra de Jurandir Zamberlam e Alceu Fronchetti, publicada pela Editora Vozes, estabelece um amplo diálogo sobre a questão agroecológica, reconhecendo-a como um compromisso para a transformação social e territorial. Tal perspectiva revela ainda, parte da trajetória dos autores, seja na pesquisa, no ensino, e, sobretudo, na formação e assessoria de pastorais e movimentos sociais.

As reflexões do livro estão estruturadas em quinze capítulos, muito desses contextualizando as teorias e práticas da transição agroecológica. Para os autores a questão agroecológica cria “novos desafios na relação, na inter-relação e na dialogação não só entre o homem e a natureza, mas com todas as coisas existentes” (p. 07).

Dessa forma, reconhecem que a agroecologia vem sendo incorporada de forma desigual, muito embora movimentos sociais rurais utilizem a

* Doutorando em Geografia Humana – USP. Pesquisador do Laboratório de Geografia Agrária - FFLCH-DG/USP. E-mail: gustavocepolini@usp.br

abordagem agroecológica no processo de luta e transformação social e territorial. Nesse sentido, utilizam-se de três áreas para estruturarem suas análises.

A primeira refere-se à luta pela terra, com os variados atores e sujeitos a partir das práticas agrícolas tradicionais e aquelas impostas pela Revolução Verde em nível mundial e também com inúmeros e contraditórios desdobramentos no Brasil. Trata-se do intrínseco encontro da luta pela terra com a questão ambiental. A segunda área elencada pelos autores refere-se à questão ecológica, ou seja, como a consciência de um novo paradigma civilizatório trilhado no bojo das teorias e princípios da sustentabilidade pode interferir nas transformações sociais. Já a terceira questão apresentada refere-se à agroecologia, por meio do processo produtivo no campo brasileiro. Dessa forma, indicam a germinação, propostas, avanços, empecilhos e algumas práticas que envolvem os saberes agroecológicos.

No tocante à luta pela terra no Brasil e a questão ambiental, os autores tecem breves considerações sobre a luta pela terra, a reforma agrária e a política agrária desde a colonização portuguesa à modernização oriunda da Revolução Verde, que em outras palavras, é a penetração capitalista no campo, cujo objetivo é a maximização produtiva que explora os recursos naturais para ampliar os lucros, sem preocupar-se com os efeitos e impactos ambientais.

Tal Revolução surge no pós-Segunda Guerra Mundial e pode ser identificada na fase pioneira de 1943 a 1965, e a grande expansão a partir de 1965. Essa Revolução surge com os discursos de aumentar a produção e a produtividade agrícola no mundo. Por isso, utiliza-se do desenvolvimento de experiências oriundas da genética vegetal para criação e multiplicação de sementes adaptadas para diferentes condições climáticas e pedológicas. Além disso, há no pacote tecnológico máquinas, insumos químicos, agrotóxicos e financiamentos direcionados que compõem o seu receituário. Trata-se de uma “Revolução Verde” em detrimento do perigo “Vermelho”, ou seja, da despolitização do debate sobre a fome e a miséria, e do possível avanço do Socialismo e Comunismo no pós-guerra.

Em relação à fase pioneira, destacam-se os projetos gestados no México, Filipinas e Brasil, além dos Estados Unidos, os quais sob orientação técnica imposta aos agricultores teriam a garantia do crédito rural direcionado e, por vezes, ampliado.

Nesse contexto, Zamberlam e Froncheti afirmam que Revolução Verde está calcada entre três dimensões: agroquímica, motomecanização e manipulação genética, as quais somadas à concentração fundiária vivenciada no Brasil desde os tempos coloniais faz com que os conflitos e acirramento por terra sejam permanentes no país. Há, portanto, dois territórios bem definidos, ou seja, “[...] as sociedades rurais

se apropriam dos territórios, (re)criando diversas e heterogêneas territorialidades: o campesinato (agricultura familiar) e o latifúndio e agronegócio” (p. 12).

Por isso, evidenciam a existência de dois territórios, do campesinato e do latifúndio – agronegócio, os quais estão postos como modelos diferentes para o campo e se confrontam no processo teórico e empírico da territorialização, desterritorialização e reterritorialização, comumente identificado também pela sigla TDR.

Ainda no bojo das análises sobre a Revolução Verde, os autores tecem algumas críticas sobre a sua insustentabilidade que levou à crise ecológica; e, nesse devir reafirmam que passos significativos foram dados para a concretização dessa Revolução, em que o capitalismo impõe sua lógica no processo produtivo agrícola, retirando o sustento de milhares de famílias camponesas ao expulsá-las ou subordiná-las ao processo produtivo.

Por isso, os dados sobre a modernização da agricultura, nomeada ainda através de agronegócio e das *commodities* em detrimento das culturas alimentares, são apresentadas e contrapostas com os dados oficiais da agricultura camponesa, sobretudo, os dados oriundos do Censo Agropecuário de 2006. Dessa forma, os autores analisam o conceito de agricultura familiar indicando as divergências existentes no âmbito da questão agrária brasileira. Como exemplo, reforçam que há uma disputa teórica, ideológica e política, pois, muitos autores acreditam que o antigo camponês será submetido à metamorfose para alcançar o moderno, ou seja, ao utilizar recursos técnicos, será integrado ao mercado, não sendo camponês, mas sim, um agricultor familiar, leia-se, pequeno empresário.

Nesse contexto, ressalta-se que toda agricultura camponesa é familiar, mas, nem toda agricultura familiar é camponesa. No tocante às políticas públicas, vigora a agricultura familiar, o que em partes foi contextualizado pelos autores a partir da produção agropecuária do Brasil identificada no Censo Agropecuário do IBGE de 2006.

Dentre os dados apresentados, destaca-se o fato de que do total de estabelecimentos rurais no país, a agricultura familiar representam 84,4% do total. No entanto, ocupa apenas 24,3% da área; isso revela que a concentração fundiária continua gritante no país, e possui reflexo no modelo de agricultura vigente. Assim, os autores apresentam gráficos evidenciando que a agricultura familiar produz 87% da mandioca consumida no país, além de 70% da produção de feijão, 46% de milho, 50% de aves, 59% em suínos, 58% de leite, entre outros; assim indicam entre outras perspectivas, que mesmo numa área restrita e com poucos recursos públicos a agricultura familiar é produtiva e se coloca como um modelo de desenvolvimento rural brasileiro. Nesse sentido, reforçam a necessidade

de um amplo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local, os quais são indissociáveis da produção camponesa.

Tais indícios quando incorporados à perspectiva agroecológica possibilita um adensamento sobre o desenvolvimento para o campo brasileiro, como reafirmam os autores. Nesse sentido, indicam que as principais tendências da agricultura alternativa podem ser materializadas em práticas diversas e sob denominações e abordagens complementares, tais como: agricultura biodinâmica, agricultura orgânica, agricultura biológica e agricultura natural.

A partir desse cenário, a agricultura sustentável apoia-se na perspectiva agroecológica, visando à produtividade agrícola com impactos ambientais reduzidos e com retorno econômico adequado para assim reduzir sistematicamente a pobreza e atender as necessidades sociais da população rural. Por isso, salientam que a agroecologia concebe o agricultor como ponto de partida para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável.

Como exemplo, mencionam que dos 150 países onde há produção orgânica, 69 já possuem regulamentação para o setor orgânico e 21 países estão construindo suas legislações. Indicam ainda, que há 460 certificadoras no mundo que atestam a qualidade dos produtos orgânicos, sendo aproximadamente 20 no Brasil entre nacionais e internacionais.

Para a Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), há mais de 45 milhões de hectares manejados ecologicamente nas mais de 1,4 milhão de propriedades, as quais representa apenas 1% do total das terras agrícolas do mundo. No Brasil, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, existem 90.497 produtores orgânicos, que representam 1,8% do total dos estabelecimentos agropecuários.

Por isso, os autores salientam o potencial da agroecologia no Brasil a partir de novos padrões produtivos baseados em tecnologias alternativas. Dessa forma, apontam para as políticas públicas e a ação de organismos e instituições ligadas à agroecologia como uma estratégia para esse desenvolvimento que contraponha o avanço do agronegócio. Nesse contexto, reafirmam que: “um dos maiores desafios para o avanço da agroecologia está no campo político, embora existam problemas tecnológicos que precisem ser resolvidos” (p. 78).

Ao demarcarem essa posição, os autores indicam o estímulo ao agronegócio por meio de políticas neoliberais engendradas no Estado, as quais sistematicamente inibem a reforma agrária, e, conseqüentemente a inviabilidade de projetos alternativos.

Diante desse cenário, os autores mencionam a agroecologia como um enfoque científico a partir do momento em que se abriu para as múltiplas disciplinas, seus saberes e a constante troca com os agricultores, que permite desenhar e redesenhar o manejo de agroecossistemas sustentáveis, e assim, viabilizar o desenvolvimento rural sustentável.

Para estabelecer a transição agroecológica, indicam algumas práticas que visam à fertilidade do solo em consonância com o manejo integrado de ervas, pragas e doenças de forma natural, ou seja, sem insumos químicos. Dessa forma, os autores indicam algumas técnicas, tecnologias e inúmeros saberes para conservação do solo e da biodiversidade, as quais estão ancoradas em conhecimentos ancestrais na agricultura, que por vezes a Revolução Verde tentou aniquilar pela colonização e monopolização dos saberes.

Dessa maneira, Zamberlam e Froncheti enfatizam a agroecologia como um modelo de desenvolvimento, e, sobretudo, como resistência do campesinato, garantindo assim as necessidades básicas da humanidade e o direito à alimentação saudável que respeite as relações sociais e o ambiente. Na contramão, observa-se o agronegócio como modelo predador, monocultor e químico que concentra, desgasta e desestrutura a luta pela reforma agrária agroecológica.